

As múltiplas faces do trabalho pastoril no Rio Grande de São Pedro (século XIX)

Leandro Goya Fontella¹

A ocupação dos escravos em diversos serviços dos estabelecimentos produtivos vem sendo um dos temas mais recorrentemente abordados pelos autores que tratam do sistema escravista nas regiões pastoris do Rio Grande de São Pedro. Desde a década de 1960, alguns autores buscaram explicar o que consideravam uma dicotomia entre trabalho escravo e as lidas ligadas diretamente ao pastoreio. Fernando Henrique Cardoso,² Décio Freitas³ e Mario Maestri Filho⁴ foram os principais representantes de uma corrente historiográfica que defendia que os escravos não haviam se constituído em mão-de-obra regular junto à faina pastoril. Para este campo historiográfico, que passaremos a chamar de historiografia clássica, a produção pecuária seria de baixo rendimento e não tinha capacidade de gerar recursos suficientes que lhe possibilitasse incorporar braços cativos com frequência necessária para a sua adequada reprodução econômica. Além disso, frente ao rendimento insuficiente que inviabilizaria a permanente agregação de escravos aos estabelecimentos produtivos, os produtores contariam com uma expressiva oferta de peões livres para serem nestes empregados.

Décio Freitas ainda acrescentaria que as peculiaridades das tarefas pecuárias, que exigia montaria e ampla mobilidade espacial, impossibilitaria que estas fossem delegadas a escravos. O autor argumentou que seria impossível manter um aparato coercitivo de vigilância, pois cada escravo a cavalo exigiria um vigia junto a si para que não se evadisse para as repúblicas platinas, territórios onde ao longo do século XIX foi-se paulatinamente abolindo a escravidão.⁵ Assim, para a historiografia clássica, o baixo rendimento da pecuária, a grande oferta de trabalhadores livres, a inviabilidade de se sustentar uma estrutura de vigilância e a proximidade com a fronteira teriam sido os principais fatores que impossibilitaram o emprego da mão-de-obra cativa em larga

¹ Doutorando em História Social pela UFRJ, bolsita CAPES; integrante do Grupo de Pesquisa *Sociedades e Hierarquias no Brasil Meridional* <e-mail: leandro-goya@hotmail.com>.

² CARDOSO, Fernando Henrique, **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

³ FREITAS, Décio, **Escravos e senhores de escravos**, Porto Alegre (RS): Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979; FREITAS, Décio, **O Capitalismo pastoril**, Porto Alegre (RS): Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

⁴ MAESTRI FILHO, Mario, **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**, Porto Alegre (RS): Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

⁵ FREITAS, **O Capitalismo pastoril**.

escala na produção pastoril sul rio-grandense. Embora não negassem a existência do trabalho escravo nas regiões de pecuária, para esta vertente historiográfica ele teria sido residual, esporádico e não sistêmico.

Atualmente, a historiografia que trata sobre esta temática já superou estas teses. Portanto, neste texto, parte-se do pressuposto de que a economia agropastoril sul rio-grandense possuía a capacidade econômica de reproduzir o sistema escravista. Todavia, acreditamos não ser tautológico retomar as bases de argumentação de alguns autores que desde a década de 1990 vêm tratando de reinterpretar o papel do trabalho cativo nas regiões de pastoreio do Rio Grande de São Pedro.

Paulo Afonso Zarth foi o primeiro autor a refutar as teses da historiografia clássica. Partindo da análise de inventários *post-mortem* e considerando diversas regiões do espaço rio-grandense, ao longo do oitocentos, este autor argumentou que “desconsiderando-se as distorções ocasionadas por essas fontes, tem-se um quadro bastante representativo da presença da escravidão nas diversas regiões”.⁶ Em sua análise para todo o espaço rural Oitocentista sul rio-grandense, o autor percebeu que nas estâncias também haviam espaços destinados a atividades agrícolas. Em suas palavras, “os escravos roceiros provavelmente formavam a maioria do contingente de cativos. Observa-se a presença desses escravos nas estâncias com atividades agrícolas importantes paralelas à pecuária, como no caso da produção de farinha-de-mandioca”.⁷ Assim, lançou a hipótese de que obedecendo uma divisão do trabalho interna, os escravos roceiros comporiam grande parcela dos cativos da estância. Todavia, por meio da análise de inventários *post-mortem*, Helen Osório,⁸ para o período colonial, e Luís Augusto Farinatti,⁹ para o período imperial, não comprovaram a hipótese de Zarth.

Helen Osóriodemonstrou a importância do escravismo para a formação da sociedade sul rio-grandense desde os tempos coloniais. A autora teceu críticas às fragilidades teórico-metodológicas dos autores que, não só insistiam em consultar exclusivamente os relatos de viajantes, assim como, persistiam em analisar os escritos

⁶ZARTH, Paulo Afonso, **Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX**, Passo Fundo (RS): Editora da UPF, 2002, p. 114.

⁷*Ibid.*, p. 114.

⁸OSÓRIO, Helen, **O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**, Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2007.

⁹FARINATTI, Luís Augusto, **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil**, Santa Maria (RS): Editora da UFSM, 2010.

dos mesmos viajantes. Em sua concepção, essa postura de pesquisa foi a responsável pela estagnação do debate em torno da utilização de escravos nas lidas pastoris.¹⁰

Além disso, Helen Osório refutou a tese, até então consensual, de que as atividades campeiras exigiam poucos trabalhadores. Para isso, além de quantificar as ocupações dos cativos relacionadas nos inventários *post-mortem*, ela se valeu de estudos sobre as estâncias do Rio da Prata. De tal modo, concluiu que o número de braços requeridos nas “grandes estâncias, de produção diversificada, eram muito superiores ao que as fontes tradicionais afirmavam”.¹¹ Segundo a autora, a doma de potros e a cria de mulas eram atividades que exigiam um considerável número de trabalhadores. Cotejando as Instruções do Conde de Piratini, Osório percebeu que o processo produtivo pecuário obedecia a um calendário de acordo com as estações do ano, e que haviam atividades permanentes e outras sazonais. O complexo processo de produção dos grandes estabelecimentos produtivos exigia que os produtores conjugassem um núcleo de trabalhadores estáveis e outro núcleo de temporários. Percebendo isso, Helen Osório concluiu que:

nas grandes estâncias, os escravos campeiros, especializados, supriam as necessidades de mão-de-obra permanentes da atividade pecuária. Trabalhavam comandados por um capataz livre [...] e certamente acompanhados de peões livres, nos momentos de pico sazonal da atividade pecuária.¹²

Por sua vez, focando seu estudo em Alegrete (1825 – 1865), Luís Augusto Farinatti,¹³ também através de inventários *post-mortem*, corroborou a ideia de Osório sobre a estrutura de força de trabalho nas grandes estâncias que se dava pela combinação entre trabalhadores cativos e livres, e trabalhadores regulares e eventuais. Esse padrão, segundo estes dois autores, se reiterava pelas grandes propriedades pecuaristas sul rio-grandenses e pelas regiões vizinhas do Prata. No entanto, Farinatti avança em relação a Osório.

Ao analisar as raras documentações contábeis de algumas estâncias, este autor percebeu que o núcleo de trabalhadores estáveis não era composto apenas por escravos. Segundo o autor havia um núcleo estável de escravos campeiros, e os trabalhadores

¹⁰OSÓRIO, *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*.

¹¹*Ibid*, p. 155.

¹²*Ibid*, p. 155.

¹³FARINATTI, *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil*.

livres estariam dispostos em: peões mensais que ficavam por longo tempo e peões mensais que permaneciam apenas alguns meses. Para o autor, essa situação se impusera porque existira uma sazonalidade inerente às tarefas na produção pecuária. Em épocas de marcação e castração dos animais, que ocorreriam em duas ou três oportunidades por ano e duravam por volta de uma ou duas semanas, a demanda por braços multiplicava-se em até três vezes. Assim sendo, segundo o autor, se por um lado não se supria a demanda de mão de obra só com cativos campeiros é porque isso resultaria na aquisição de muito mais escravos do que se precisaria no restante do tempo. Por outro, segundo Farinatti, não se cobria a necessidade de trabalhadores do ano todo com peões livres porque

[...] não havia tantos homens dispostos a se assalariar por um valor tão baixo permanecendo o ano inteiro. A oferta de trabalhadores livres não era tão ampla e regular, que pudesse permitir a substituição dos escravos campeiros por peões que ficavam por longo tempo, recebendo baixos salários. A disponibilidade de trabalhadores livres, apesar de sempre ter existido, nunca alcançou vastas proporções. A verdade é que, a maior parte deles não se encaixava no conceito de trabalhadores livres, no sentido de despossuídos de todos os meios de produção. Não era uma massa de proletarizados formando um exército de mão de obra pronto a responder às necessidades dos estancieiros. Alguns precisavam se assalariar por baixos valores e ficar o ano inteiro na estância, mas outros tinham possibilidades de sobrevivência diversificada, que incluía o acesso a recursos produtivos e a elaboração de estratégias familiares. Isto lhes permitia assalariarem-se por pouco tempo, ganhando mais e percebendo uma parte maior de seus vencimentos em moeda.¹⁴

Desse modo, o autor argumenta que a conservação da escravidão no Império brasileiro, antagonicamente ao que ocorreu nos Estados vizinhos da região platina, “dotava a pecuária rio-grandense de um pouco mais de elasticidade para resistir à irregularidade da oferta de mão de obra livre”.¹⁵

Enfim, apesar de possuírem algumas diferenças significativas, consideramos que os estudos destes três autores se configuram como referenciais de uma nova matriz historiográfica sobre a história agrária do Rio Grande de São Pedro. Suas pesquisas refutaram as teses que defendiam que a faina pastoril era realizada quase que exclusivamente por trabalhadores livres, e comprovando que o trabalho dos cativos foi utilizado em larga escala nas lidas pecuárias e que teve importância estrutural para esta

¹⁴*Ibid*, p. 380-381.

¹⁵*Ibid*, p. 382.

atividade produtiva. Contudo, embora os estudos de Zarth, Osório e Farinatti tenham descortinado uma realidade histórica mais complexa do Rio Grande do Sul ao longo do período colonial e imperial, tendo, conseqüentemente, contribuído expressivamente para reinterpretar o papel do escravo no processo histórico sul rio-grandense, nenhum desses autores teve como objeto de estudo principal os cativos, a escravidão ou o sistema escravista nas paragens meridionais do Brasil.

Na última década, alguns autores têm produzido investigações sobre o sistema escravista desenvolvido nas áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro. Deste rol diverso de pesquisas,¹⁶ destacaremos as pesquisas de três autores com as quais iremos dialogar ao longo do texto.¹⁷ A seleção destes trabalhos levou em consideração a pertinência comparativa entre a região das Missões, da Campanha e do Planalto sul rio-grandense.

Nesse sentido, em dois artigos recentes Karl Monsma buscou contribuir com a temática. No primeiro, Monsma questiona a tese de que a escravidão teria sido estruturalmente necessária nas regiões pastoris do Rio Grande de São Pedro. Em uma análise comparativa com a área pastoril da pampa de Buenos Aires, o autor procurou demonstrar que não havia falta de mão-de-obra livre disposta a se assalariar nas estâncias sul rio-grandenses, e que a escolha por escravos se pelo baixo custo destes em relação ao assalariamento de peões livres. Em seu outro texto, o autor refletiu sobre

¹⁶ Entre outras: TEIXEIRA, Luana, **Muito mais que senhores e escravos: relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871)**, Dissertação de Mestrado, PPGH/UFSC, Florianópolis (SC), 2008; PETIZ, Silmei de S., **Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)**, Tese de doutorado, PPGH/UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2009; PERUSSATO, Melina Kleinert, **Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888**, PPGH/UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2010; ZETTEL, Roberta F. V., **De mútuo consentimento: os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo (1845 a 1865)**, Dissertação de Mestrado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2011; CORRÊA, André do N., **Ao sul do Brasil Oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821 – 1850**, Dissertação de Mestrado, PPGH/UFSC, Santa Maria (RS), 2013; FONTELLA, Leandro Goya, **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no espaço oriental missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c.1828-c.1860)**, Dissertação de Mestrado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2013.

¹⁷ ARAÚJO, Thiago L. de, **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)**, Dissertação de Mestrado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2008; MONSMA, Karl, **Escravos, camponeses e migrantes: os trabalhadores das estâncias do Rio Grande do Sul e Buenos Aires, primeira metade do século XIX, Actas das VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales**, 2009; MONSMA, Karl, **Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul: estratégias de dominação e resistência, Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2011; MATHEUS, Marcelo S., **Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil**, São Leopoldo (RS): Oikos, 2012.

alguns aspectos das relações cotidianas senhores e escravos nas estâncias do sul da província no século XIX. Em síntese, ele alertou para a necessidade de

[...] enterrar definitivamente os mitos de que era inviável atribuir aos escravos funções de confiança, e que a escravidão só era possível com fiscalização contínua e ameaças constantes de castigos físicos. [...]. A crença na violência absoluta da escravidão muitas vezes leva a outra crença, igualmente falsa: a liberdade pura do trabalhador 'livre'.¹⁸

Por sua vez, Thiago de Leitão Araújo, a partir de um estudo monográfico com foco na Vila de Cruz Alta, estabeleceu profícuo diálogo com a historiografia clássica e refutou as teses de Cardoso, Freitas e Maestri Filho que sustentavam a inviabilidade da utilização sistêmica de escravos em regiões onde o pastoreio havia se constituído na principal atividade produtiva. O autor concluiu que a economia pecuária sul-riograndense gerava recursos suficientes que possibilitavam a reprodução do sistema escravista. Assim, Araújo demonstrou que não há porque pensar que a escravidão em regiões pastoris e de fronteira na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul tenha sido residual. Considerando em sua análise que as relações escravistas eram condicionadas pelo embate cotidiano entre senhores e escravos, o autor analisou as possibilidades de ação de escravos e senhores. Para ele, foram os diferentes mecanismos de dominação senhorial que permitiam a manutenção e reprodução das relações escravistas em um contexto em que os principais reguladores da agência escrava e da senhorial eram a condição de fronteira e o universo agropecuário. Isto posto, Araújo procurou compreender quais tinham e como haviam sido colocadas em práticas as estratégias dos cativos para conquistarem a alforria. Entre outras coisas, sua pesquisa demonstrou que, mesmo numa região com base econômica agropecuarista os escravos haviam conquistado o direito à acumulação de pecúlio, com o qual poderiam alcançar a liberdade.¹⁹

Por último, destacamos a pesquisa realizada por Marcelo Santos Matheus.²⁰ Este autor se utilizou do arcabouço teórico-metodológico da micro-história italiana para tematizar o processo de passagem da escravidão para a liberdade, principalmente, por meio da alforria. O sítio de sua pesquisa foi a Vila de Alegrete no século XIX. Em seu

¹⁸MONSMA, *Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul: estratégias de dominação e resistência...*, p. 9 [grifos do autor].

¹⁹ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*.

²⁰MATHEUS, *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*.

estudo, Matheus defende que o desejo pela liberdade não deve ser naturalizado. Isto é, embora muitos escravos desejassem ser livres, eles tinham, antes disso, em seus horizontes, diversos outros objetivos. Nesse sentido, devido a precariedade da vida, homens livres pobres e escravos dependiam em muito das relações sociais que conseguiam estabelecer para diminuir as incertezas quanto ao futuro. Para o autor, os cativos não queriam uma liberdade qualquer, esta deveria no mínimo conservar um padrão de existência, senão melhor, ao menos, próximo daquele da vida em cativeiro, que não necessariamente viria a partir do rompimento com o senhor. Especialmente nas duas últimas décadas de vigência da escravidão no Brasil, o autor analisa a influência da condição fronteira e da atividade pecuária nas relações entre senhores e escravos, e como estes sujeitos buscavam utilizar a seu favor estes fatores no processo que podia ou não resultar na alforria. Matheus avança ainda no sentido de perceber os meandros das hierarquias internas da escravidão.²¹

Tanto os autores da matriz de história agrária quanto estes dois últimos exploraram preciosas informações sobre a ocupação em que os escravos eram empregados. Como já vimos, Zarth²² levantou a hipótese de que os escravos roceiros formavam a maior parte dos cativos das estâncias, a qual não foi confirmada por Osório²³ e Farinatti.²⁴ Segundo Helen Osório, “como ele [Zarth] não analisou individualmente as unidades produtivas, nem a quantidade de escravos ‘campeiros’ e ‘roceiros’ presentes em cada inventário, nada pôde concluir a respeito”.²⁵

Mas, além disso, Paulo A. Zarth explorou um documento elaborado pela Câmara Municipal de Vereadores de São Borja em 1858 chamado *Mappa demonstrativo das oficinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Explorando o documento por completo, Paulo A. Zarth colocou que

além de sua presença nas estâncias, os escravos desempenhavam atividades nas pequenas indústrias artesanais da região das Missões. [...]. Dos 297 trabalhadores empregados nos 108 estabelecimentos,

²¹ Marcelo Matheus explora uma fonte rara para o Rio Grande de São Pedro, a Lista de Classificação de Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação (doravante, *Lista de Classificação*). Ver: MATHEUS (2012, p. 90 – 113) e MATHEUS (2011).

²²ZARTH, *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*.

²³OSÓRIO, *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*.

²⁴FARINATTI, *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil*.

²⁵OSÓRIO, *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes...*, p. 149.

35,6% eram escravos, destacando-se o caso das fábricas de farinha-de-mandioca, nas quais os cativos representavam 65% da mão-de-obra.²⁶

O exame de Zarth sobre esta rica fonte se encerra nesta única constatação. Do quadro exposto por este autor constatamos ainda que dos 16 tipos diferentes de estabelecimentos, os cativos se faziam presentes em 10 deles, e do número total de 108 unidades produtivas, estiveram empregados em 93.²⁷ O quadro 1, abaixo, foi elaborado a partir das informações apresentadas por Zarth. Nele expomos apenas os estabelecimentos que contavam com mão-de-obra cativa. De imediato, ele já nos revela a abrangência do trabalho escravo para além das atividades exclusivamente rurais como a lavoura e faina pastoril.

Quadro 1 – Trabalhadores Livres e Escravos nas Oficinas de São Borja (1858)

Estabelecimentos	Nº	Trabalhadores	
		Livres	Escravos
Fábrica de farinha de mandioca	25	30	56
Fábrica de cana de açúcar	03	06	07
Fábrica de velas	09	18	04
Engenhos de serrar	04	14	02
Olarias	11	21	08
Padarias	12	16	13
Sapatarias	05	07	03
Alfaiatarias	07	10	04
Marcenaria/carpintarias	09	14	04
Ferrarias	08	12	05
Totais	93	148	106

Fonte: *Mappa demonstrativo das oficinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Correspondência da Câmara Municipal de São Borja, 29/09/1858. Adaptação a partir da ZARTH ([1994] 2002, p. 121).

Outro fato que as informações do quadro insinuam é que em boa parte destas produções havia a conjugação de trabalho livre e escravo. Não podemos afirmar que isso ocorria em todos os estabelecimentos, mas seria muito improvável que houvesse estabelecimentos somente com escravos ou, ainda, expressivo número de unidades de produção só com trabalhadores livres. Mas, voltamos a afirmar, o que mais chama a

²⁶ZARTH, *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX...*, p. 121.

²⁷ Além destes 10 tipos estabelecimentos, o quadro elaborado por Zarth apresentava ainda mais 6 que não contavam com trabalho escravo: 1 engenhos de erva-mate, 5 ourives, 3 funilarias, 1 chapelaria, 4 estaleiros e 1 tamanqueiro.

atenção é a amplitude do trabalho escravo por diversas atividades produtivas. Além da justa ênfase dada por Zarth na participação dos cativos nas fábricas de farinha de mandioca, podemos notar os cativos espalhados por fábricas de velas, olarias, padarias, sapatarias, alfaiatarias, marcenarias/carpintarias e ferrarias entre outras atividades. Provavelmente, muitos deles eram padeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros/carpinteiros, etc., ocupações que exigiam destes trabalhadores específicos graus de especialização e demandavam tempo de instrução. Há de se lamentar a não discriminação do sexo dos escravos, mas, sem dúvida, haviam mulheres cativas entre estes escravos considerados no Mapa.

Não é muito comum se encontrar nos inventários *post-mortem* referências à ocupação dos cativos. Na região das Missões em apenas 16 (17%) dos 92 inventários da nossa amostra de produtores escravistas há a discriminação da ocupação de ao menos um escravo. Helen Osório encontrou uma proporção maior para o período colonial, 24%.²⁸ Porém, é preciso observar que destes 16 inventários, 14 deles foram abertos entre 1828 e 1850. Farinatti constatou algo semelhante para Alegrete, segundo o autor “as referências aos ofícios dos escravos são bem mais frequentes nos inventários do período anterior ao final do tráfico atlântico”.²⁹ Portanto, excluiremos os dois inventários abertos no ano de 1856 do exame que realizaremos, ficando o alcance de nossas análises restritas ao intervalo de 1828 a 1850.³⁰ Assim, estes 14 inventários representam 30% dos 48 processos abertos entre 1828 e 1850.

Nos 14 inventários onde há a discriminação da ocupação de ao menos um cativo, de 108 homens em idade produtiva (15 a 45 anos), em 48 (44%) dos casos a ocupação destes foi especificada. Para o período colonial, dos escravos possuídos por estancieiros, 18% teve sua ocupação discriminada.³¹ Em Alegrete, entre 1831 e 1850, 53% dos escravos homens adultos tiveram sua ocupação registrada.³² Ampliando o período abordado por Farinatti, Marcelo Matheus verificou que de 1829 e 1869, a ocupação dos

²⁸OSÓRIO, **O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes...**, p. 149.

²⁹FARINATTI, **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil...**, p. 352.

³⁰Mais adiante, a década de 1850 será contemplada na análise por meio de outros documentos que serão oportunamente apresentados.

³¹OSÓRIO, **O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes...**, p. 149-150. Creio que a autora considerou todos os escravos arrolados e não apenas os adultos.

³²FARINATTI, **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil...**, p. 353.

cativos foi expressa em apenas 17% dos casos.³³ No entanto, Matheus considera todo o universo de cativos e não somente os adultos como fez Farinatti. Na Vila de Cruz Alta entre 1834 a 1879, em 18,5% das ocorrências se registrou a ocupação dos cativos. Porém, Thiago Araújo observa que

de 193 referências às profissões dos escravos, 158 (81,8%) datam da década de 1870, justamente pela obrigatoriedade da identificação a mais completa possível nas listas de matrícula dos escravos a partir da legislação de 1871; a segunda é que anteriormente à década de 1870, referências às profissões dos cativos aparecem apenas nas unidades produtivas de maior vulto econômico.³⁴

Sobre esta segunda observação, Farinatti também constatou que “a proporção de escravos com ocupações especificadas, expressamente, é maior nos estratos mais afortunados dos estancieiros, diminuindo conforme nos aproximamos dos criadores de menor vulto”.³⁵ Nos processos abertos na região das Missões também notamos o mesmo. Dos 14 inventários, somente em 04 deles os produtores possuíam menos de 350 reses. Dos outros 10, todos possuíam mais de 800 reses. Assim, é preciso levar em conta que quando tratamos das ocupações dos cativos descritos em inventários, acabamos retratando quase que exclusivamente o universo dos médios e grandes estabelecimentos produtivos.

Levando em consideração apenas os dados da região das Missões, onde 44% dos cativos em idade produtiva tiveram suas ocupações descritas, e de Alegrete, onde foram 53%, pode-se perceber que há ainda, em ambas as regiões, uma significativa parcela de escravos que não teve registrada sua ocupação. De acordo com Farinatti,

o silêncio sobre a ocupação de quase metade dos cativos pode estar indicando duas coisas diferentes. Muitos dos casos referem-se simplesmente a uma forma do inventariante, ou mesmo do escrivão responsável pelo processo, designarem mais sumariamente os termos do inventário. Nesse caso, escravos campeiros, roceiros, carpinteiros e outros podem estar diluídos naquele número de cativos sem ocupação declarada. Porém, em outros casos, a omissão pode significar que aquele escravo era empregado em um variado leque de funções, como

³³MATHEUS, *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil...*, p. 102.

³⁴ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)...*, p. 65.

³⁵FARINATTI, *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil...*, p. 353.

o costeio do gado, a roça de alimentos, o trabalho em construções e outros.³⁶

Porém, o fato de que um escravo tenha tido uma ocupação definida não significa que ele não fosse utilizado em outras atividades além da sua. Nesse sentido, Matheus acrescenta que, “como grande parte das atividades produtivas [era] sazonal, ou seja, com momentos em que [havia] mais necessidade de mão-de-obra, provavelmente os cativos eram deslocados para outras atividades em períodos que a produção fim demandava menos braços”.³⁷

As pesquisas com as quais estamos confrontando nossos dados são unânimes em demonstrar que a ocupação mais frequente entre os escravos homens era de campeiro. Helen Osório mostrou que no período colonial entre os cativos arrolados em inventários com ocupação discriminada 41% eram campeiros ou domadores.³⁸ Em Alegrete (1831 – 1850), estes cativos perfaziam 47% do total daqueles com ocupação expressa.³⁹ Para a mesma localidade, mas para a década de 1870, Matheus constatou que 38% dos escravos relacionados na *Lista de Classificação* se dedicavam as lidas de campo.⁴⁰ Mas, o dado mais importante que este autor revela, a partir da *Lista de Classificação*, é que dos escravos homens em idade produtiva 70% eram campeiros. Por sua vez, Araújo verificou que eles compunham 38,1% dos cativos com ocupação declarada na Vila de Cruz Alta.⁴¹ Por fim, para a região das Missões, no intervalo de 1828 a 1850, a proporção de cativos que foram discriminados como campeiros foi de 52%.

Quadro 2 – Ocupação dos escravos em idade produtiva inventariados na região das Missões (1828 – 1850)⁴²

Ocupação	Quantidade
----------	------------

³⁶FARINATTI, *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil...*, p. 353.

³⁷MATHEUS, *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil...*, p. 103.

³⁸OSÓRIO, *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes...*, p. 149-150.

³⁹FARINATTI, *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil...*, p. 354; 358.

⁴⁰MATHEUS, *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil...*, p. 104.

⁴¹ARAÚJO, *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)...*, p. 65.

⁴² Há ainda outros 12 cativos que tiveram suas ocupações discriminadas, mas se encontravam fora da faixa etária considerada de idade produtiva. Encontramos 1 alfaiate e 04 roceiros idosos. E, ainda, 7 cativos crianças: 1 roceiro com apenas 04 anos e 06 campeiros entre 12 e 9 anos de idade que já havíamos examinado no subcapítulo 2.3.

Campeiro	20
Domador	3
Campeiro e roceiro	1
Campeiro e carpinteiro	1
Roceiro	10
Telheiro	6
Sapateiro	4
Pedreiro	1
Carpinteiro	1
Costureira	1

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Este percentual de escravos campeiros para a região das Missões não chega a nos surpreender. Em 1858, um levantamento estatístico sobre o número de estâncias, rebanhos e trabalhadores livres e cativos de diversos municípios do Rio Grande de São Pedro⁴³ aponta que, entre as 15 localidades contempladas no *Mapa Numérico das Estâncias*, São Borja era a localidade com maior número de unidades criatórias com 568, e possuía o segundo maior rebanho de animais *vacuns*. Este *Mapa Numérico das Estâncias* foi composto a partir da compilação das informações passadas por diversas *Relações de Estâncias*⁴⁴ que cada Câmara Municipal ou Delegacias de Polícia tiveram a responsabilidade de elaborar com base na produção do ano de 1857. No quadro 3 apresentamos os dados de tal estatística para quatro municípios.

⁴³*Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio* (doravante, *Mapa Numérico das Estâncias*). (Fundo Estatística, maço 02 – 1858 AHRs). Alguns historiadores já se utilizaram desse documento para, entre outras coisas, fortalecer a argumentação sobre a importância do trabalho cativo no pastoreio: ZARTH, **Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX**; OSÓRIO, **O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**; MAESTRI FILHO, Mario, **Deus é grande, o mato é maior: história, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul**, Passo Fundo (RS): Editora da UPF, 2002; FOLETTO, Arlene, **Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos em Cima da Serra: a paisagem agrária da paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)**, Dissertação de Mestrado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2003; FARINATTI, Luís Augusto, *Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850)*, **Ciência & Ambiente**, v. 1, p. 135–154, 2006; FARINATTI, **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil**.

⁴⁴ Para São Borja o documento foi intitulado de *Relação das estâncias que contém o termo de São Borja com as declarações dos nomes de seus proprietários, número de crias vacuns e cavallares que marcarão no anno de 1857, e as pessoas empregadas com capatazes e piães* (doravante, *Relação de 1857*). (Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRs). Mais adiante exploraremos com maiores detalhes os dados desta fonte, assim como, abordaremos melhor o contexto de sua produção.

Quadro 3 – Número de estâncias, rebanho bovino, capatazes, peões livres e peões escravos em cinco municípios da Província do Rio Grande de São Pedro (1858)

Município	Nº de estâncias	Nº total do rebanho bovino	Nº de Capatazes	Nº de peões	
				Livres	Escravos
São Borja	568	438.840	171	339	153
Alegrete	391	772.232	124	159	527
Santa Maria da Boca do Monte ^a	88 ^b	75.898 ^b	18 ^c	41 ^b	191 ^b
Rio Pardo	40	138.296	32	34	173

Fonte: para São Borja, Alegrete e Rio Pardo: *Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio*. Fundo Estatística, maço 02 – 1858 AHRs. Para Santa Maria da Boca do Monte: *Relação dos Animais Vacuns, Cavallares e Lanígeros do Município de Santa Maria da Boca do Monte* (doravante, *Relação de Santa Maria*). Delegacia de Polícia. Correspondência Expedida. AHRs.

^aEmbora conste no Mapa Numérico das Estâncias dados sobre Santa Maria da Boca do Monte, neste estudo, utilizamos os dados da própria *Relação de Santa Maria*, pois percebemos que há significativas divergências entre os números da *Relação* e os constantes no Mapa Numérico, principalmente, no que diz respeito ao número de escravos e peões livres. Portanto, utilizamos os dados da *Relação de Santa Maria*, por os considerarmos mais confiáveis.

^bDados retirados de FARINATTI (2010c, p. 247; 258).

^c Dado retirado diretamente da *Relação de Santa Maria*.⁴⁵

Como se pode notar, havia em São Borja um número de unidades de criação bastante superior do que nas outras três localidades. Em relação aos peões livres e aos peões escravos, o levantamento mostra que Alegrete, Santa Maria e Rio Pardo se caracterizaram por grandes contingentes de cativos campeiros, por outro lado, em São Borja a tendência teria sido a utilização em maior escala de peões livres.

No entanto, é preciso problematizar os números de peões livres e escravos em São Borja. Talvez, considerável parte dos 339 peões livres possam ser escravos. Explica-se: a existência de uma dessas *Relações de Estância* para São Borja (doravante, *Relação de 1857*), nos permitiu ter acesso a uma rica listagem nominal de criadores, a qual fora organizada por distritos. Dos cinco grandes distritos sob jurisdição da Vila de São Borja, nos parece que os responsáveis pela estatística do 2º, São Patrício de Itaquí, não discriminaram os peões entre livres e escravos. Pela dimensão que o trabalho escravo tomou nas áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro, é impossível que dos 107 estabelecimentos produtivos listados em tal distrito, em apenas três deles se tenha empregado escravos nas lidas campeiras. Além disso, em nenhuma destas

⁴⁵ Agradecemos ao Prof^o. Luís Augusto Farinatti por nos ter gentilmente disponibilizado o banco de dados que elaborou com as informações da *Relação de Santa Maria*.

unidades de produção foi registrado a presença de filhos dos proprietários nas atividades pecuárias, fato que reforça nossa suspeita de que não se especificou as *qualidades* entre os distintos tipos de peões naquele distrito. Neste caso, o número de 153 cativos para São Borja estaria bastante subestimado.

Se aceitarmos esta hipótese como válida, podemos, a partir dos dados da *Relação de 1857*, esboçarmos uma estimativa de quantos peões escravos haveriam entre os 156 peões livres não discriminados do 2º distrito (São Patrício de Itaqui). Se excluirmos do universo de peões da Vila de São Borja todos os peões do 2º distrito (os 156 peões livres e os 02 escravos), sobram 334 peões ao todo (183 livres e 151 cativos). Em termos proporcionais, os cativos comporiam 45% do conjunto de trabalhadores campeiros. Assim, se o total de peões no 2º distrito era de aproximadamente 158, se considerarmos que nele, igualmente ao restante da Vila, os escravos campeiros perfaziam 45% dos peões, em números absolutos eles seriam cerca de 71 sujeitos. Logo, de acordo com nossa estimativa, o universo total de 492 peões da Vila de São Borja, que a princípio estava dividido entre 339 livres e 153 escravos, ficaria mais equilibrado passando a contar com 270 peões livres e 222 peões cativos.⁴⁶

Aliás, o fato de que 15 dos 25 cativos campeiros em idade produtiva encontrados nos inventários *post-mortem* eram propriedades de produtores do distrito de São Patrício de Itaqui corrobora a nossa estimativa. Assim, se nos inventários relativos a produtores deste distrito houve considerável registro de escravos campeiros, acreditamos que a ausência destes cativos na *Relação de 1857* se explica quase que exclusivamente pelo fato de que não se procedeu a discriminação dos peões relacionados. cremos, portanto, que existem indícios suficientes para considerar que a estimativa realizada é no mínimo plausível.

No entanto, mesmo aceitando esta estimativa (270 peões livres e 222 peões escravos), os peões livres ainda seriam a maioria na faina pastoril na região das

⁴⁶Agradecemos ao Prof. Luís Augusto Farinatti (UFSM) que nos alertou sobre a falta de discriminação dos peões do distrito de São Patrício de Itaqui. Obviamente, que a decisão de esboçarmos esta estimativa é exclusivamente nossa, assim como, a responsabilidade por seus eventuais equívocos. Em texto datado de 2003, Farinatti consorciou as *Relações* de São Borja e de Santa Maria da Boca do Monte para analisar em conjunto o universo pastoril destas duas regiões, no entanto, em sua análise ele não desconsiderou os dados do 2º distrito, fato que, em nosso entendimento causa distorções ao exame: FARINATTI, Luís Augusto, “Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX)”, **História – Unisinos**, v. 8, p. 253–276, 2003. Já em texto mais recente, o autor cruzou os dados da *Relação* de Santa Maria da Boca do Monte com os inventários *post-mortem* de diversos produtores desta localidade: FARINATTI, Luís Augusto, Lavradores, escravos e criadores de gado: o universo agrário de Santa Maria (meados do século XIX), *in*: WEBER, Beatriz T.; RIBEIRO, José I. (Orgs.), **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**, Santa Maria (RS): Gráfica Palotti, 2010.

Missões, realidade diferente das verificadas nos outros três municípios expostos no quadro 3, onde o trabalho campeiro permanente era realizado principalmente por cativos. Comparando os dados de São Borja somente com Alegrete, se pode perceber que se em São Borja havia um número bem maior de estâncias, enquanto que em Alegrete o rebanho era significativamente mais numeroso. Esse dado é mais um que evidencia que a estrutura agrária de Alegrete era composta por estâncias maiores e com rebanhos mais vultosos do que em São Borja. Em contrapartida, em São Borja, o universo rural foi mais diversificado tanto socialmente, com maior presença de médios e pequenos produtores, quanto produtivamente, havendo importante criação de mulas e unidades agrícolas.

Seria muito complicado projetar a distribuição destes escravos pelas diferentes envergaduras de criadores escravistas a partir dos resultados desta estimativa. Todavia, através da *Relação de 1857* podemos examinar quais os estratos de criadores que acumulavam maior parte dos peões escravos. Para fazer isso, iremos desconsiderar as problemáticas informações existentes para o 2º distrito. Antes, porém, se faz necessário conhecer um pouco mais sobre as potencialidades e os limites deste documento.⁴⁷

No ano de 1857 o Presidente da Província solicitou às Câmaras de Vereadores dos municípios sul rio-grandenses que fizessem um levantamento listando todos os criadores de gado locais. Esta relação deveria discriminar, para cada criador, a quantidade de gado possuída, o número de reses marcadas no ano anterior e os trabalhadores livres e escravos empregados no costeio do gado. De fato, poucos municípios responderam a solicitação do governo provincial e, em geral, o fizeram de forma bastante incompleta. Para São Borja, no entanto, a Relação foi feita com bastante esmero. O documento nos informa sobre o tipo de mão de obra empregada no pastoreio. Ali consta o número de escravos envolvidos com a lida campeira, dado que com pouca frequência se encontra nos inventários *post-mortem*, já que não foi muito comum discriminar a ocupação dos cativos por atividades: *roceiros, campeiros, domador, de todo o serviço*.

Da mesma forma que outras fontes históricas, as *Relações* também possui suas limitações. Nela estão contempladas apenas as atividades pecuárias, sendo assim, não trazem informações sobre eventuais outras atividades produtivas que os criadores

⁴⁷ Os esclarecimentos que faremos sobre esta fonte foram retirados de FARINATTI, “Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX)” ...,2003, p. 255 - 258.

pudessem conjugar com o pastoreio (a agricultura de alimentos, por exemplo). Assim, no tocante a mão de obra, a fonte nada revela sobre os trabalhadores livres e/ou cativos envolvidos nas lidas agrícolas, como era o caso dos escravos roceiros. Outra possível fragilidade da *Relação* pode estar, a exemplo dos inventários *post-mortem*, no risco de sobre representação dos criadores mais abastados. Contudo, cremos que a lista de criadores da Vila de São Borja tenha sido bastante realista do cenário pastoril da região, não ocorrendo privilégio aos maiores criadores em detrimento dos menores. Sendo assim, acreditamos que a *Relação* contemple grande parcela dos criadores da Vila de São Borja, fornecendo-nos um quadro bastante informativo da atividade pecuária em cada região.

Luís A. Farinatti e Arlene Foletto fizeram uso da *Relação de 1857* da Vila de São Borja.⁴⁸ Entretanto, enquanto esta levou em consideração apenas os criadores do 2º, 4º e 5º distritos, os quais a partir de 1859 passariam a fazer parte da Vila de São Patrício de Itaqui, aquele conjugou os dados da *Relação* de São Borja com as informações da *Relação* da localidade de Santa Maria da Boca do Monte. O tratamento que daremos à *Relação de 1857* da Vila de São Borja a partir daqui é, consideravelmente, distinto por algumas razões. Da *Relação* completa de 568 unidades criatórias, excluimos da análise 113 delas. Quatro produtores foram retirados por não possuírem gado *vacum*, outros dois por não especificarem o número de escravos empregados no costeio do gado e, por fim, todos os 107 criadores do 2º distrito (São Patrício de Itaqui) foram retirados pelo já sabido motivo de que somente um destes 107 criadores discriminou os peões entre livres e escravos. Desse modo, nosso universo de análise consiste de 455 unidades criatórias, distribuídas entre o 1º, 3º, 4º e 5º distritos da Vila de São Borja. Além disso, quando possível, estabeleceremos comparações com os dados oriundos da *Relação* de Santa Maria, seja através do próprio documento ou do texto de Farinatti.⁴⁹

Em primeiro lugar, é necessário mostrar que a concentração do rebanho bovino a partir da *relação* seguiu o mesmo padrão averiguado por meio dos inventários *post-mortem*.⁵⁰

⁴⁸ *Ibid.*; FOLETTO, **Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos em Cima da Serra: a paisagem agrária da paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)**. Ademais, Paulo A. Zarth também já fez uso deste documento: ZARTH, **Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX**.

⁴⁹ FARINATTI, Lavradores, escravos e criadores de gado: o universo agrário de Santa Maria (meados do século XIX).

⁵⁰ Ver: FONTELLA, Leandro Goya, O Pastório bovino na região das Missões (Rio Grande de São Pedro, 1828 - 1858), **Anos 90**, v. 21, n. 40, 2014, p. 407.

Tabela 1 – Distribuição do rebanho de gado *vacum* na Vila de São Borja (1857)⁵¹

Rebanho bovino	criadores		Reses	
	nº	%	nº	%
001 – 100	96	21%	6.680	03%
101 – 500	247	54%	61.468	29%
501 – 1000	66	15%	46.612	22%
Acima de 1000	46	10%	95.976	46%
Total	455	100%	210.736	100%

Fonte: *Relação de 1857*.Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRs.

Fica patente o alto grau de concentração do rebanho por parte dos *grandes criadores*. Estes representavam apenas 10% do total de criadores, em contrapartida, detinham nada menos do que 46% do gado. Enquanto isso, somados os *pequenos criadores* com aqueles que não viviam exclusivamente da pecuária, tem-se que 75% dos criadores eram donos de apenas 32% das reses. O mais impressionante é que os criadores com até 100 reses, que não podiam viver só da pecuária,⁵² atingiram a significativa representatividade de 21%, no entanto, dividiam entre si somente 3% do gado listado. A faixa dos *médios criadores*, por sua vez, foi a que apresentou maior equilíbrio entre as representatividades dos criadores e do gado possuído, 15% e 22% respectivamente. Um último aspecto a ser ressaltado é o grande percentual de *pequenos criadores* (54%), estes compunham uma verdadeira massa de modestos produtores que povoava e diversificava a paisagem agrária daquela região.

Confrontando esses dados com os existentes na fonte análoga à região de Santa Maria da Boca do Monte percebe-se que, embora hajam algumas variações, o padrão de concentração da posse do gado se repete. Analisando este documento, Luís A. Farinatti colocou que:

pode-se notar uma grande concentração do rebanho *vacum*. Se os pequenos criadores eram socialmente muito importantes, formando

⁵¹ Adotamos aqui o mesmo arranjo seguido por Farinatti (2003). Esse autor classificou os criadores que possuíam um rebanho com mais de 1000 cabeças de gado como *grandes criadores*, os que tinham rebanho na faixa de 501 a 1000 cabeças foram denominados como *médios criadores*, os *pequenos criadores* eram aqueles que detinham de 101 a 500 animais e os que contavam com no máximo 100 reses formavam o grupo dos criadores que, seguramente, não viviam somente da atividade pastoril.

⁵² OSÓRIO, O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes..., p. 105.

maioria dos produtores pecuários do município, é também verdade que havia uma pequena elite de grandes estancieiros que dominava a maior parte do rebanho. Os 26% de criadores listados que possuíam mais de 1.000 reses abocanhavam cerca de 63% do gado presente naquele documento. Por sua vez, os pequenos criadores, que eram 53% do total, não chegavam a possuir nem 20% do rebanho listado.⁵³

Ainda havia uma faixa de médios pecuaristas que possuíam entre 501 e 1000 cabeças de gado. Estes perfaziam 18% dos criadores e possuíam 18% das reses.⁵⁴

A expressiva presença de pequenas unidades de criação, que perfazia 75% do total em São Borja e 53% em Santa Maria da Boca do Monte, mostra que grande quantidade dos homens pobres não era completamente desprovida de meios de produção. Esta circunstância gerou importantes desdobramentos nos arranjos produtivos da região. Ao se constituírem em pequenos produtores, estes homens e seus respectivos grupos familiares reduziram a oferta de trabalhadores aos grandes estabelecimentos. Por seu turno, este fato acabou gerando a necessidade estrutural de se recorrer à mão-de-obra cativa para se preencher o núcleo estável de trabalhadores das unidades produtivas.

Karl Monsma diverge desta interpretação, para este autor,

se o escravo trabalhasse pelo menos dez anos, custaria menos que um peão livre. Ou seja, os estancieiros usavam escravos como trabalhadores permanentes porque eram mais baratos que peões livres, não porque inexistiam homens livres dispostos a se contratar como peões permanentes. A presença de peões livres permanentes nas estâncias comprova que era possível contratá-los.⁵⁵

Nesse sentido, o autor pondera que “a ocupação informal de terras devolutas envolv[ia] riscos – principalmente o risco de perder a terra e as benfeitorias - e *os pequenos produtores tipicamente precisa[va]m de dinheiro para satisfazer algumas das suas necessidades*”.⁵⁶ Monsma argumenta ainda que, mesmo que, em sua maioria, os peões sul rio-grandenses estivessem ligados a pequenas unidades produtivas de caráter familiar, os estancieiros poderiam ter atraído peões migrantes de diversas regiões do espaço platino, da mesma forma que fizeram os estancieiros da pampa buenairense. Em suas palavras:

⁵³FARINATTI, Lavradores, escravos e criadores de gado: o universo agrário de Santa Maria (meados do século XIX)..., p. 247.

⁵⁴FARINATTI, Lavradores, escravos e criadores de gado: o universo agrário de Santa Maria (meados do século XIX)..., p. 247.

⁵⁵MONSMA, Escravos, camponeses e migrantes: os trabalhadores das estâncias do Rio Grande do Sul e Buenos Aires, primeira metade do século XIX..., p. 6.

⁵⁶*Ibid*, p. 4 [grifos nossos].

[...] já existiam correntes migratórias da região platina para a Província de São Pedro, e os estancieiros rio-grandenses poderiam ter contratado mais migrantes como peões permanentes, mas eles preferiam comprar escravos para o trabalho permanente porque eram mais baratos e mais constantes e disciplinados. [...]. A presença dos cativos facilitava a contratação de peões livres - porque reduzia a demanda por eles nas estâncias -, reprimia seus salários e aumentava o poder de negociação dos estancieiros.⁵⁷

O argumento de Monsma é bem construído a partir de uma perspectiva comparativa com o contexto histórico platino, especialmente buenairense, da segunda metade do século XVIII. Todavia, em relação a suas ponderações referentes ao Rio Grande de São Pedro, consideramos que falta base empírica e coerência ao autor para sustentar tal argumentação. Em primeiro lugar, parece-nos que K. Monsma entende que fora da grande produção não haveria a possibilidade de ganhos monetários. Ou seja, as pequenas unidades produtivas ficariam confinadas à subsistência, e que a única solução viável para os agentes sociais envolvidos na produção de pequena escala obter pecúlio seria o assalariamento (permanente ou temporário) em grandes estabelecimentos pastoris.

Como a historiografia vem demonstrando nas duas últimas décadas, o dinamismo econômico-produtivo nas áreas agropastoris do Rio Grande de São Pedro era bem maior do que a bem pouco se supunha; sendo que até mesmo boa parte dos modestos produtores adquiriu condições de vincular-se a circuitos comerciais; situação que lhes possibilitava acessar a recursos monetários não desprezíveis. Logo, acreditamos que considerável parte do *dinheiro para satisfazer algumas das necessidades* dos pequenos produtores era obtida por meio da produção realizada em suas próprias unidades produtivas. Tal possibilidade de acumular certo pecúlio com produção modesta se constituiu num fator que dificultou ainda mais a formação de uma ampla e estável oferta de mão-de-obra livre. Esta circunstância fazia com que os custos para contratar peões livres se elevassem, por consequência fazia-se necessário adquirir escravos, o que foi feito tanto por grandes estancieiros como por pequenos produtores. Ora, a valorização dos salários dos peões praticamente impedia que modestos produtores contratassem estes trabalhadores, os quais na maioria das vezes eram eles mesmos, já que aproveitavam para se empregar temporariamente nas grandes unidades

⁵⁷ *Ibid*, p. 12.

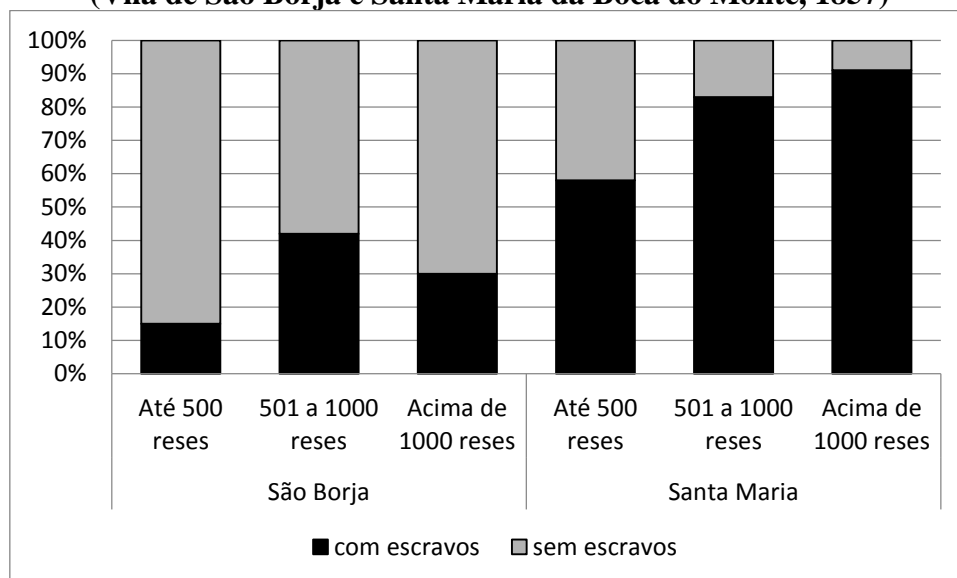
pecuaristas. Assim, a forma mais corrente e viável para os pequenos produtores se assegurarem de trabalhadores estáveis seria por meio da escravidão.

Em seu argumento Monsma avalia que os estancieiros sul rio-grandenses poderiam ter atraído peões da região platina. Referindo o estudo de Farinatti, coloca que 28% dos peões das estâncias que aparecem como testemunhas nos processos-crime de Alegrete (1825 – 1865) provinham dos Estados platinos.⁵⁸ Diferente do entendimento de Monsma, cremos que esse número, averiguado por Farinatti, comprova que os produtores sul rio-grandenses realizaram um significativo esforço para atrair peões daqueles Estados vizinhos. Entretanto, ao que tudo indica, nem mesmo a vinda de considerável número de trabalhadores do além-fronteira foi suficiente para suprir a demanda por mão-de-obra da estrutura produtiva na fronteira-oeste sul rio-grandense.

De outro modo, é preciso lembrar que considerável parcela dos povoadores luso-brasileiros trouxe escravos consigo para a fronteira-oeste do Rio Grande de São Pedro. Naturalmente que com o passar do tempo essa população cativa reproduziu-se. Portanto, em significativa medida, os escravos que residiam nas regiões que estamos nos referindo eram oriundos da reprodução natural. Tal condição tornava os produtores menos dependentes da necessidade de contratar peões livres.

No que tange ao acesso dos produtores a posse de escravos campeiros, os dados da *Relação de 1857* e da *Relação de Santa Maria* são bastante distintos.

Figura1 – Acesso ao trabalho escravo de acordo com a envergadura dos criadores (Vila de São Borja e Santa Maria da Boca do Monte, 1857)



⁵⁸FARINATTI, *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil*.

Fonte: *Relação de 1857*.Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRs. *Relação de Santa Maria, Delegacia de Polícia, Correspondência Expedida, AHRs.*

A presença de escravos campeiros não foi expressiva em nenhuma faixa de envergadura de criador na Vila de São Borja. De fato, apenas 92 (20%) dos 455 produtores da *Relação* possuíam escravos empregados na pecuária. Este dado deixa claro que embora a posse de escravos estivesse disseminada por todas as camadas sociais, contar com cativos especializados nas tarefas pastoris era consideravelmente difícil na região das Missões. Porém, a reduzida proporção de escravos entre os criadores com até 500 reses não quer dizer que eles não tivessem escravos. Lembremos que o documento trata apenas dos escravos empregados na faina pastoril. É bem provável que muitos destes pequenos criadores tivessem escravos que não trabalhavam como campeiros, ou que trabalhavam em diversas atividades, e devido a isto não tenham sido discriminados como trabalhadores exclusivos do pastoreio. Em contrapartida, em Santa Maria da Boca do Monte, em todas as faixas a presença de cativos campeiros ultrapassou a casa dos 50%. Atingindo proporções significativas entre médios (83%) e grandes estancieiros (91%).⁵⁹ Esses dados são eloquentes e apontam que de uma região para a outra havia uma significativa diferença na composição do núcleo estável de trabalhadores pastoris.

É interessante notar que, em São Borja, a tendência de aumento da proporção de produtores com escravos campeiros em direção aos estratos mais afortunados se interrompe entre os médios e grandes criadores. Tanto em números absolutos, quanto em proporcionais os médios criadores contaram com mais peões escravos do que os grandes produtores. Talvez, isto esteja insinuando que os grandes proprietários tenham tido uma menor dependência do trabalho escravo nas lidas campeiras por terem maior capacidade econômica de pagar salários e jornais a peões livres. Nesse sentido, é interessante recordar que os produtores mais abastados comprometiam menos o seu patrimônio com escravos, sem dúvida, isto se refletiu também no investimento que faziam em escravos campeiros. Voltaremos a este ponto logo adiante.

Para examinar a posse de escravos campeiros nas ditas *Relações*, elaboramos a tabela 2 e 3.

⁵⁹ Em seu texto, a respeito do acesso a cativos campeiros pelos produtores listados em Santa Maria da Boca do Monte, a única informação destacada por Farinatti foi que, “entre os criadores de médio porte, mais de 80% contavam com escravos campeiros, empregando algo em torno de três cativos no costeiro do gado” (in:FARINATTI, *Lavradores, escravos e criadores de gado: o universo agrário de Santa Maria (meados do século XIX)*..., p. 259.

Tabela 2 – Estrutura de posse de escravos campeiros (Vila de São Borja, 1857)

Rebanho bovino	Criadores			Escravos		
	Total	com escravos		n°	%	
		n°	%			%'
Até 500	343	50	15	54	69	46
501 - 1000	66	28	42	31	46	30
Acima de 1000	46	14	30	15	36	24
Total	455	92		100	151	100

^a No campo *criadores com escravos*, as porcentagens (%) calculadas dizem respeito ao total de criadores de cada faixa, e não a soma total dos criadores de todas as faixas. As porcentagens linhas (%) calculadas se referem à representatividade dos criadores com escravos de cada faixa em relação ao universo de criadores escravistas.

Fonte: *Relação de 1857*. Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRGS.

Tabela 3 – Estrutura de posse de escravos campeiros (Santa Maria da Boca do Monte, 1857)

Rebanho bovino	Criadores			Escravos		
	Total	comescravos ^a		n°	%	
		n°	%			%'
Até 500	47	27	58	43	54	28
501 a 1000	18	15	83	24	38	20
Acima de 1000	23	21	91	33	99	52
Total	88	63		100	191	100

^a No campo *criadores com escravos*, as porcentagens (%) calculadas dizem respeito ao total de criadores de cada faixa, e não a soma total dos criadores de todas as faixas. As porcentagens linhas (%) calculadas se referem à representatividade dos criadores com escravos de cada faixa em relação ao universo de criadores escravistas.

Fonte: *Relação de Santa Maria*, Delegacia de Polícia, Correspondência Expedida, AHRS.

Os dados da tabela 2, que se referem a São Borja, nos sugerem que havia uma concentração maior do acesso ao trabalho de campeiros no interior de cada grupo de criadores, do que uma acentuada concentração deste tipo de escravos entre esses grupos. Ou seja, parece ter havido certa dispersão de escravos campeiros entre restritas elites escravistas de pequenos, médios e grandes criadores. Estes criadores de pequeno porte representavam 54% de todos os criadores escravistas, enquanto que 46% dos escravos campeiros estavam em suas senzalas. Porém, o mais impressionante é que estes 46% de

peões cativos estavam divididos por apenas 15% dos pequenos criadores, isto é, uma elite escravista entre estes modestos pecuaristas.

Mas não foi só entre os pequenos criadores que se formou uma elite escravista de cativos campeiros. Entre os médios criadores verificou-se o maior equilíbrio na distribuição da posse de cativos campeiros. Os médios pecuaristas compunham 31% do universo de produtores com escravos campeiros, e concentravam 30% destes cativos. Porém, estes médios criadores que empregavam escravos nas atividades pastoris eram apenas 28 (42%) do total de 66 médios criadores. Isto é, quase 60% destes produtores não possuíam escravos empregados exclusivamente no pastoreio.

Já entre os grandes criadores, parece-nos também que se constituiu uma elite de criadores com cativos campeiros. Nesse grupo, 30% dos criadores eram escravistas, porém, representaram apenas 15% do total de criadores com escravos. Em contrapartida, esses 15% concentravam 24% de todos os escravos campeiros. Como era de se esperar, neste grupo se averiguou a maior concentração de peões escravos, entretanto, esta é bem menor do que as verificadas entre os escravos em geral. Não deixa de ser significativo que 70% dos grandes produtores não contassem com escravos campeiros. Estes produtores, talvez, preferissem empregar peões assalariados e jornaleiros. A contratação destes trabalhadores, embora, na maioria das vezes, fosse mais cara que a aquisição de escravos, não exigia de antemão um alto e arriscado investimento.

No entanto, é preciso levar em conta as fragilidades da Relação de 1857. Em primeiro lugar, não se pode esquecer que se trata de um documento referente a um ano específico, portanto, as informações constantes nele não podem extrapolar o contexto histórico no qual foi elaborado, qual seja, os anos finais da década de 1850. Ademais, a estrutura de posse de escravos realizada com a Relação de 1857 diverge daquele reticente padrão de dispersão da propriedade cativa pela malha social junto à concentração da maioria das almas em poucas escravarias averiguado por meio de inventários *post-mortem* e registros paroquiais. Por sua vez, a estrutura de posse de escravos campeiros da Relação de Santa Maria mostra um padrão bem mais próximo das estruturas de posse de cativos em geral averiguadas nos inventários *post-mortem*. Ali não se formou elites de senhores escravistas nos distintos grupos de criadores. O que se verificou foi a concentração da posse de campeiros pelos grandes criadores. Mesmo assim, boa parte dos pequenos criadores empregou escravos nas lidas de campo. Desse modo, se difundiu na região a posse dos escravos campeiros, mas, ao mesmo tempo, a

maior parte deles ficou nas senzalas dos grandes produtores. Com efeito, a congruência dos dados da Relação de Santa Maria com os verificados nos inventários *post-mortem* e registros paroquiais indica para uma maior verossimilhança das informações da Relação de Santa Maria do que aquelas da Relação de São Borja.

Contudo, se os dados da Relação de São Borja são incongruentes com as estruturas de posse examinadas em inventários *post-mortem* e nos assentos de batismos,⁶⁰ há outras fontes que vão ao encontro do que nos mostra aquele documento. Nos próprios inventários encontramos importantes informações sobre a organização do trabalho na criação de grande monta. Como já colocamos, da nossa amostragem de 92 inventários em que foram arrolados escravos, em 16 deles ao menos um dos cativos teve sua ocupação declarada. Destes 16 inventários, 11 eram de grandes criadores (com rebanhos superior a mais de 2000 animais *vacuns*). Em 2 destes 11 processos não haviam cativos campeiros, circunstância que insinua que em certa parte dos grandes estabelecimentos de criação a composição do núcleo estável de trabalhadores não contava com cativos campeiros. Em 1834 foi aberto o inventário de Francisco de Paula Pereira.⁶¹ Além de um rebanho bovino com 2964 animais, no patrimônio deste senhor havia 12 cativos, dos quais 6 eram homens em idade produtiva, e apenas um deles teve sua ocupação discriminada, o roceiro Jacinto de 30 anos. Já em 1856 encontramos o inventário de José Corrêa da Silva Guimarães,⁶² criador que contava com 3417 cabeças de gado *vacum* em seu rebanho. Possuía em sua escravaria 11 cativos, 4 destes em idade produtiva, dos quais 2 eram roceiros (havia ainda um idoso africano declarado como roceiro), e outro pedreiro. Estes dois casos expressam a existência de grandes estabelecimentos pecuaristas onde, provavelmente, não haviam escravos envolvidos nas lidas pastoris.

Num relatório elaborado pela Câmara Municipal de São Borja em 1858, os dirigentes municipais queixavam-se da falta de braços que afetava a região. Segundo as autoridades, “os escravos nesta localidade são apenas suficientes para o serviço doméstico; e só furtando-os algumas horas no dia a este poderão ser empregados na

⁶⁰ Ver: FONTELLA, **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no espaço oriental missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c.1828-c.1860)**..., pp. 173-199.

⁶¹ Inventário de Francisco de Paula Pereira. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo nº: 03, APERS.

⁶² Inventário de José Corrêa da Silva Guimarães. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1856, processo nº: 100, APERS.

lavoura”.⁶³ Mesmo que as autoridades tenham feito referência específica à atividade agrícola, se havia relativa falta de força de trabalho escrava para a lavoura, seria pouco provável que na criação os escravos fossem abundantes. Por outro lado, entendemos que fica nítido que tal lamentação era um tanto quanto exagerada. Por meio dos inventários, averiguamos que na década de 1850 os escravistas representavam 79% do universo de produtores.⁶⁴ Porém, se, mesmo com certas reservas, pudermos dar um relativo crédito ao informe da Câmara de Vereadores, nos parece que os produtores da região tiveram que lidar com um contingente de escravos mais limitado. Assim sendo, em alguns casos, o manejo desta condição específica gerou formas de organização do trabalho diferente do padrão averiguado com mais frequência em outras áreas do Rio Grande de São Pedro.

Enfim, com base no exame destas fontes, cremos que temos subsídios suficientes para sugerir que mesmo em regiões próximas geograficamente como, por exemplo, São Borja, Santa Maria da Boca do Monte e Alegrete poderia haver diferenças significativas nas formas como os criadores organizavam a força de trabalho para produzir. Em algumas localidades a utilização da mão-de-obra cativa era mais intensa do que em outras. Mas em todas, além de cumprir a função de produção permanente, ela desempenhava um importante papel estratégico de não permitir que os produtores ficassem a sorte de uma oferta de trabalho livre instável e de alto custo. De acordo com Farinatti,

a existência de escravos campeiros diminuía a necessidade de trabalhadores, possibilitando que *parte* do trabalho regular do ano todo fosse coberto por esses peões a salários menores. Mas, se não houvesse escravos, não seria possível cobrir todas as necessidades de trabalhadores com peões livres a custos viáveis.⁶⁵

Portanto, mesmo onde a quantidade de trabalhadores escravos não foi tão numerosa, a simples presença de um núcleo constante de cativos empregados nas lidas campeiras se mostrou fundamental para a funcionalidade do sistema laboral pastoril

⁶³ Carta anexa ao *Mappa demonstrativo das oficinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Correspondência expedida pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

⁶⁴ FONTELLA, **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no espaço oriental missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c.1828-c.1860)**..., p. 169.

⁶⁵ FARINATTI, **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil**..., p. 380-381 [grifos do autor].

como um todo, o qual combinava peões escravos e livres em núcleos de trabalhadores estáveis e eventuais de acordo com o ciclo anual da produção pecuária. Sem dúvida, esta estrutura laboral não funcionaria de forma tão ajustada se não houvesse o emprego da mão-de-obra escrava que, mesmo nos lugares onde não era predominante, agia no sentido de fazer com que o custo salarial de peões estáveis fosse acessível aos produtores. O quadro da organização do trabalho pastoril na fronteira-oeste e parte da região central da província do Rio Grande de São Pedro compunha-se por certa diversificação, a qual, por sua vez, era condicionada pela especificidade irrepetível de cada um de seus respectivos contextos.

De maneira geral podemos considerar que em cada um daqueles diferentes contextos a forma mais comum da composição da faina pastoril se dava por meio da conjugação do trabalho escravo e livre em núcleos de trabalhadores permanentes e temporários, e obedecia à dinâmica do ciclo anual da produção pecuária. Porém, a partir deste padrão que parecia ser o mais adequado surgiam variações relacionadas às peculiaridades de cada espaço. Tais variantes acabavam por estruturar um *continuum* no qual estavam compreendidos diversos modos de organizar a força laboral na pecuária. No tocante à grande criação, este espectro de diferentes modos de composição do trabalho permitia que num contexto com maior quantidade de cativos, casos da Campanha e parte da região central, os núcleos de trabalhadores permanentes quase sempre contassem com escravos campeiros. De outra maneira, em contextos como na região das Missões, onde o número absoluto de cativos parecia estar aquém das necessidades produtivas, determinada parcela das grandes estâncias acabava não empregando cativos campeiros no núcleo estável do trabalho pastoril.

Isto não quer dizer que no pastoreio praticado na região das Missões não havia a conjugação de peões livre com cativos – é importante ficar claro que também ali esta forma de composição da faina pastoril configurou-se na mais frequente –, mas que em tal espaço a ausência de escravos é mais marcante, até mesmo na grande criação. Em outras palavras, na região das Missões o trabalho escravo adquiriu menor relevância quantitativa do que na Campanha e na área central da província. Todavia, isso não significa dizer que foi menos importante para a estabilidade e funcionalidade da estrutura social e econômico-produtiva daquele espaço. De fato, o padrão de combinação do trabalho livre e cativo reiterava-se na maioria das grandes estâncias das áreas examinadas. Entretanto, ele foi mais rígido entre os grandes criadores da Campanha e

região central, sendo que na região das Missões, graças a suas peculiaridades, acabou assumindo contornos mais flexíveis.⁶⁶

Fica evidente, portanto, que a pecuária se constituiu num nicho produtivo diversificado e com importante participação de trabalhadores escravos na dinâmica desta atividade econômica. Os dados examinados em nosso estudo junto ao considerável rol de pesquisas recentes que analisam esta temática não deixam dúvidas a respeito disto. Em considerável medida, eram os cativos que compunham os núcleos de trabalhadores estáveis na produção pastoril. Os avanços historiográficos das últimas décadas em relação à participação do trabalho cativo nas lidas campeiras dão forma a um novo cenário dos mundos do trabalho rural nas regiões pastoris do Rio Grande de São Pedro. Um cenário em que o trabalho cativo esteve enraizado por todas as camadas sociais, gozando de uma ampla legitimidade e ajudando a reproduzir uma rígida hierarquia social assentada, sobretudo, pela desigual apropriação dos recursos econômico-produtivos.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Thiago L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2008.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- CORRÊA, André do N. *Ao sul do Brasil Oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821 – 1850*. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFSM, Santa Maria (RS), 2013.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil*. Santa Maria (RS): Editora da UFSM, 2010.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850)*. *Ciência & Ambiente*, v. 1, p. 135–154, 2006.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Lavradores, escravos e criadores de gado: o universo agrário de Santa Maria (meados do século XIX)*. In: WEBER, Beatriz T.; RIBEIRO, José I. (Orgs.). *Nova história de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria (RS): Gráfica Palotti, 2010.
- FARINATTI, Luís Augusto. “Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX)”. *História – Unisinos*, v. 8, p. 253–276, 2003.
- FOLETTI, Arlene. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos em Cima da Serra: a paisagem agrária da paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2003.
- FONTELLA, Leandro Goya. *O Pastorio bovino na região das Missões (Rio Grande de São Pedro, 1828 - 1858)*. *Anos 90*, v. 21, n. 40, p. 389–423, 2014.

⁶⁶ Para elaborar tal argumentação, em especial a desenvolvida nestes dois últimos parágrafos, nos beneficiamos de um profícuo intercâmbio (desigual) de ideias com o Professor Luís Augusto Farinatti (UFSM). Obviamente que somos os únicos responsáveis pelos eventuais equívocos destas interpretações.

- FONTELLA, Leandro Goya. Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no espaço oriental missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c.1828-c.1860). Dissertação de Mestrado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2013.
- FREITAS, Décio. Escravos e senhores de escravos. Porto Alegre (RS): Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.
- FREITAS, Décio. O Capitalismo pastoril. Porto Alegre (RS): Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- MAESTRI FILHO, Mario. Deus é grande, o mato é maior: história, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul. Passo Fundo (RS): Editora da UPF, 2002.
- MAESTRI FILHO, Mario. O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre (RS): Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.
- MATHEUS, Marcelo S. Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil. São Leopoldo (RS): Oikos, 2012.
- MONSMA, Karl. Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul: estratégias de dominação e resistência. Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011.
- MONSMA, Karl. Escravos, camponeses e migrantes: os trabalhadores das estâncias do Rio Grande do Sul e Buenos Aires, primeira metade do século XIX. Actas das VI Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrarios y Agroindustriales, 2009.
- OSÓRIO, Helen. O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2007.
- PERUSSATO, Melina Kleinert. Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888. PPGH/UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2010.
- PETIZ, Silmei de S. Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). Tese de doutorado, PPGH/UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2009.
- TEIXEIRA, Luana. Muito mais que senhores e escravos: relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). Dissertação de Mestrado, PPGH/UFSC, Florianópolis (SC), 2008.
- ZARTH, Paulo Afonso. Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX. Passo Fundo (RS): Editora da UPF, 2002.
- ZETTEL, Roberta F. V. De mútuo consentimento: os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo (1845 a 1865). Dissertação de Mestrado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2011.